



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo  
N.º 12/2022**

Plenário | 06.07.2022

# Conselho Superior do Ministério Público

**Boletim Informativo**



## Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Gestão de quadros / Comissões de Serviço / Licenças	>> 3
Inspeções	>> 6
Matéria Disciplinar	>> 6
■ DECLARAÇÕES DE VOTO	>> 6



## Presenças

(Reunião realizada por meio de videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 5.º, n.º 1, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março alterada pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro)

### ■ Presidente

Senhora Procuradora-Geral da República, *Dr.ª Lucília Gago*.

### ■ Vogais

Procuradores-Gerais Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, *Drs. Helena Gonçalves, Norberto Martins, Tolda Pinto e Osvaldo Pina*;

Procurador-Geral-Adjunto, *Dr. José Pedro Fernandes de Oliveira Baranita*;  
Procuradores da República, *Drs. Alexandra Maria da Conceição Chícharo das Neves, António Filipe Gaspar da Costa Maciel, Ana Elisabete Costa Ramos, Ana Paula Lopes Leite, Patrícia Isabel Marques Pereira Cardoso e Maria Raquel de Carvalho Figueiredo da Mota*;

Membros eleitos pela Assembleia da República, *Drs. Vânia Gonçalves Álvares, Rui Manuel Portugal da Silva Leal, Pedro Gonçalo Roque Ângelo, Luís David Trindade Moreira Testa e Professor Doutor António Manuel Tavares de Almeida Costa*.

Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça: *Professora Doutora Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão e Dr. Tiago José Farinha Geraldo*.

### ■ Secretário

Secretariou a sessão a Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, *Dr.ª Ana Cristina de Lima Vicente*.



# Conselho Superior do Ministério Público

Após a votação do ponto 16 a Professora Helena Morão e o Dr. Tiago Geraldo ausentaram-se da reunião.

## ■ ORDEM DO DIA

### Gestão de quadros / Comissões de Serviço / Licenças

1. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Geral Adjunto, Dr. **João António Silveira Palma Ramos** para o Supremo Tribunal de Justiça.  
Dois Conselheiros abstiveram-se.
2. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Geral Adjunto, Dr. **José Carlos de Oliveira Franco Pinheiro** para o Supremo Tribunal de Justiça.  
Um Conselheiro absteve-se.
3. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Geral Adjunto, Dr. **Paulo Alexandre Duarte dos Santos** para o Supremo Tribunal de Justiça, em acumulação com a comissão de serviço, que mantém, como docente do Centro de Estudos Judiciários.  
Dois Conselheiros abstiveram-se.
4. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Geral Adjunto, Dr. **Rui Manuel Capela da Conceição** para o Supremo Tribunal de Justiça.  
Dois Conselheiros abstiveram-se.





## Conselho Superior do Ministério Público

5. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Geral Adjunto, Dr. **José António Gomes Coelho** para o Supremo Tribunal de Justiça.

Um Conselheiro votou contra.

6. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Geral Adjunto, Dr. **António José de Matos Pimenta Simões** para o Supremo Tribunal Administrativo.

Um Conselheiro absteve-se.

7. CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, da Procuradora-Geral Adjunta, Dr.ª **Maria de Fátima Cortes Pereira Belchior de Sousa** para o Supremo Tribunal Administrativo.

Um Conselheiro absteve-se.

8. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Geral Adjunto, Dr. **José Manuel Esteves da Cruz** para o Supremo Tribunal Administrativo.

Um Conselheiro votou contra.

9. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, da Procuradora da República, Dr.ª **Maria Carolina Durão Pereira** para o Supremo Tribunal Administrativo.

Um Conselheiro votou contra.

10. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador da República, Dr. **Fernando Manuel da Luz Gomes** para o Supremo Tribunal Administrativo.

Um Conselheiro votou contra.

11. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procuradora-Geral Adjunta, Dr.ª **Helena Cecília Alves Vera-Cruz Pinto** para o Tribunal de Contas.

Um Conselheiro absteve-se.

12. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador da República, Dr. **José Joaquim Arrepia Ferreira** como Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

Um Conselheiro absteve-se.

13. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador da República, Dr. **Carlos Alberto Correia de Oliveira** como auditor jurídico junto da Assembleia da República e, em acumulação, como vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

Um Conselheiro absteve-se.



## Conselho Superior do Ministério Público

14. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador da República, Dr. **Ricardo Jorge Bragança de Matos** como vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, podendo acumular com as funções de agente do Governo português junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Dois Conselheiros abstiveram-se.

15. O CSMP deliberou, por unanimidade, aprovar a designação da Procuradora-Geral Adjunta, Dr.ª **Maria da Conceição Lourenço Martins Correia Diniz** como Vogal da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

16. O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta de nomeação, em comissão de serviço, da Procuradora-Geral Adjunta, Dr.ª **Luísa Isabel Vieira Verdasca Sobral Matias Pinto** como Diretora do Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação do Ministério Público.

Três Conselheiros votaram contra.

17. O CSMP deliberou, relativamente ao movimento de magistrados do Ministério Público em curso:

- a) Aprovar, por maioria, a manutenção dos critérios anteriormente adotados pelo CSMP, da aplicação do art.º 8º RMMMP, nos moldes que o foram, em deliberação anterior.

Votaram contra as Drs. Ana Paula Leite e Ana Costa Ramos.

Abstiveram-se as Drs. Patrícia Cardoso e Maria Raquel Mota.

- a) Aprovar, por unanimidade, proposta de destacamento;  
b) Aprovar, por unanimidade efetivação de pena de transferência.

Declaração de voto da Dr.ª Alexandra Chícharo das Neves

18. O CSMP deliberou, por unanimidade, em:

- a) homologar a lista de graduação e classificação relativa aos Srs. auditores de justiça oriundos do XXXVI curso de formação do CEJ, encontrando-se os Srs. auditores de justiça, Drs. Ana Filipa Mirra Marques Pinto, José Gabriel Travanca Bastos, Amélie Marie Fernandes e Lisete da Visitação Murraceira graduados, respetivamente em 60.º, 61.º, 62.º e 63.º lugares.
- b) nomear os Srs. auditores de justiça, Drs. Ana Filipa Mirra Marques Pinto, José Gabriel Travanca Bastos, Amélie Marie Fernandes e Lisete da Visitação Murraceira enquanto procuradores da República em regime de estágio, ficando estes a exercer as suas funções e restante formação nos lugares onde frequentaram o 2.º ciclo de formação do Centro de Estudos Judiciários, nos termos das disposições conjugadas dos arts. 32.º e 68.º, n.º 1 da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro;
- c) homologar, nos termos do artigo 60.º, n.º 3, do Regulamento Interno do CEJ, os planos individuais de estágio referentes aos Srs. auditores de justiça, Drs. Ana Filipa Mirra Marques Pinto, José Gabriel Travanca Bastos, Amélie Marie Fernandes e Lisete da Visitação Murraceira.

**Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso**



# Conselho Superior do Ministério Público

## Inspeções

### 19. *Adiado*

*Inspeção ao serviço prestado pela Procuradora da República – Reclamação da deliberação da Secção de Avaliação do Mérito Profissional, de 18 de Maio de 2022.*

## Matéria Disciplinar

### 20. *Adiado*

*Participação relativa à atuação funcional do magistrado do Ministério Público - Reclamação da deliberação da Secção Disciplinar, de 27 de Abril de 2022, que aplicou a sanção de multa de duas remunerações base diárias, nos termos do n.º 1 do art.º 229º, do EMP.*

*A sessão teve início às 10H e terminou pelas 16:30H.*

## ■ DECLARAÇÕES DE VOTO

### | PONTO 17

#### **Declaração de voto da Dr.ª Alexandra Chícharo das Neves:**

*“O défice do quadro humano dos magistrados do MP inquina totalmente este movimento, resultando do mesmo a abertura de tribunais em setembro de 2022 em situação de rutura e com magistrados com sobrecarga de serviço (que poderá afetar a administração da justiça).*

*Com efeito, neste momento não há magistrados suficientes para todos os lugares que existem nos tribunais.*

*Vão ocorrer atrasos na tramitação processual, adiamentos de julgamentos e esgotamento físico e mental de magistrados.*

*Em junho, depois das promoções a PGA, da nomeação de novos inspetores do MP, da necessidade de novos coordenadores de comarca e das jubilações ocorridas na 1º e 2º instâncias, o CSMP deparou-se com o facto de faltarem mais de 4 dezenas de magistrados desde logo na 1ª instância.*

*Perante este facto, só havia duas soluções:*

*-ou deixar desertos essas algumas dezenas de lugares;*

*-ou encerrar esses lugares não permitindo que os magistrados concorram.*

*Optando-se pela primeira solução, as vagas ficariam todas localizadas nos tribunais geograficamente menos apetecíveis, ficando, potencialmente, centralizadas em poucos tribunais. Isso teria como consequência: o colapso desses tribunais por não ficarem lá magistrados suficientes (nem*



## Conselho Superior do Ministério Público

*para assegurar o serviço urgente) e o colapso dos próprios magistrados que tivessem tido o infortúnio de ali serem colocados (sozinhos ou quase).*

*A segunda solução frustra as legítimas expectativas de os magistrados se efetivarem e de se aproximarem das suas residências.*

*Na ponderação entre duas más soluções optei pela segunda.*

*Impõe-se um esclarecimento quanto às vagas indicadas para o XXXVI curso de magistrados. No momento em que o movimento ocorre estes estagiários não são magistrados. O movimento não pode incluir esses futuros magistrados – que não terminaram o curso - e as vagas têm de ser abertas em função dos magistrados efetivamente em funções no primeiro semestre de 2022. Consequentemente, as vagas para o XXXVI curso serão, na essência, naqueles tribunais que viram vagas cortadas e que iniciam funções em setembro com um déficit preocupante de magistrados. Por fim, convém não esquecer que a publicação dessas vagas pode ser objeto de alteração do CSMP porque elas dependem, não só, do número de estagiários que terminem com êxito o curso, mas também, de outras realidades que se desenrolem até finais de outubro (baixas, jubilações, etc.).*

*Outra questão:*

*O modelo de um movimento que obedeça ao novo paradigma de uma carreira plana, assente na experiência profissional e em inspeções em dias (que, como sabemos, inexistem), tem sido objeto de uma vasta discussão, que já se iniciou em 2020. E o CSMP tem alterado o Regulamento do Movimento para responder a injustiças que se identificam através das reclamações. O modelo do movimento em curso foi deliberado no 1º trimestre do corrente ano. Ora, alterar de novo as regras no dia de hoje implicaria, eventualmente, a publicação de alterações do Regulamento e*

*abrir novo requerimento do movimento, portanto, e consequentemente, adiar este movimento para depois do verão. Assim, optei por não correr o risco de poder estar a contribuir para o adiamento do movimento.*

*Por último, os destacamentos tiveram por base a proteção do direito à proteção da saúde dos magistrados e dos seus familiares diretos – e esse direito só cede quando se encontra em conflito com outros direitos que, também eles, sejam Fundamentais.”*